

O IMPACTO DO CONSUMO CONSCIENTE NA MITIGAÇÃO DE DANOS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DAS PRÁTICAS SUSTENTÁVEIS NO SÉCULO XXI

THE IMPACT OF CONSCIOUS CONSUMPTION ON ENVIRONMENTAL
DAMAGE MITIGATION: AN ANALYSIS OF SUSTAINABLE PRACTICES IN THE
21ST CENTURY

Ciências Exatas e da Terra • 07/09/2026

1REGISTRO DOI: [10.70773/revistatopicos/788458084](https://doi.org/10.70773/revistatopicos/788458084)

Cleber Carrareto Caliman¹

Davi de Souza Silva²

Dayana da Penha da Silva Lopes³

Emyle Martins Dias Pimenta⁴

Luana Correia Santana⁵

Mayara de Oliveira e Oliveira⁶

Merlande Aparecida de Souza dos Santos Amaral⁷

Thiago de Souza⁸

RESUMO

Este artigo analisa o impacto do consumo consciente na mitigação de danos ambientais, considerando o contexto das práticas sustentáveis no século XXI. Nas últimas décadas, os impactos ambientais decorrentes das atividades humanas têm se intensificado, evidenciando a necessidade de transformar os padrões de produção e consumo. Problemas como o aumento das emissões de gases de efeito estufa, a degradação de ecossistemas e a geração crescente de resíduos reforçam a urgência de estratégias de desenvolvimento sustentável. Nesse cenário, o conceito de sustentabilidade surge como princípio orientador, articulando dimensões econômicas, sociais e ambientais e promovendo práticas de consumo consciente que minimizem impactos socioambientais. O modelo predominante de sociedade de consumo, segundo Bauman, reforça a exploração contínua dos recursos naturais, destacando a necessidade de repensar criticamente os hábitos de consumo. Iniciativas internacionais, como a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento e relatórios da ONU, enfatizam a integração entre decisões individuais e estratégias coletivas. Para Portilho, o consumo consciente envolve escolhas pautadas em critérios éticos, sociais e ambientais, enquanto Krenak ressalta a interdependência entre sociedade e natureza, defendendo mudanças culturais e éticas na relação com o meio ambiente. Metodologicamente, o artigo caracteriza-se como pesquisa exploratória e aplicada, baseada em revisão bibliográfica e documental, com análise qualitativa dos dados, permitindo identificar relações entre o consumo consciente e a mitigação de impactos ambientais, bem como lacunas nas práticas atuais de sustentabilidade. Os resultados indicam que o consumo consciente constitui ferramenta estratégica para a redução dos impactos ambientais, demandando a articulação entre educação ambiental,

políticas públicas, engajamento institucional e transformação cultural na sociedade contemporânea.

Palavras-chave: Consumo Consciente; Sustentabilidade; Práticas Sustentáveis; Mitigação Ambiental; Sociedade de Consumo.

ABSTRACT

This article analyzes the impact of conscious consumption on the mitigation of environmental damage, considering the context of sustainable practices in the 21st century. In recent decades, environmental impacts resulting from human activities have intensified, highlighting the need to transform production and consumption patterns. Issues such as increased greenhouse gas emissions, ecosystem degradation, and growing waste generation reinforce the urgency of sustainable development strategies. In this scenario, the concept of sustainability emerges as a guiding principle, integrating economic, social, and environmental dimensions and promoting conscious consumption practices that minimize socio-environmental impacts. The prevailing consumer society model, according to Bauman, reinforces the continuous exploitation of natural resources, emphasizing the need to critically rethink consumption habits. International initiatives, such as the United Nations Conference on Environment and Development and UN reports, stress the integration between individual decisions and collective strategies. According to Portilho, conscious consumption involves choices based on ethical, social, and environmental criteria, while Krenak highlights the interdependence between society and nature, advocating for cultural and ethical changes in the human-nature relationship. Methodologically, this article is characterized as exploratory and applied research, based on a bibliographic and documental review, with qualitative data analysis, allowing identification of relationships between conscious consumption and

the mitigation of environmental impacts, as well as gaps in current sustainability practices. The results indicate that conscious consumption represents a strategic tool for reducing environmental impacts, requiring the integration of environmental education, public policies, institutional engagement, and cultural transformation in contemporary society.

Keywords: Conscious Consumption; Sustainability; Sustainable Practices; Environmental Mitigation; Consumer Society.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a intensificação dos impactos ambientais decorrentes das atividades humanas tem suscitado amplos debates acerca da necessidade de transformação nos padrões de produção e consumo. Problemas como o aumento das emissões de gases de efeito estufa, a degradação dos ecossistemas, o crescimento da geração de resíduos e a exploração intensiva dos recursos naturais evidenciam a urgência de estratégias capazes de promover formas mais sustentáveis de desenvolvimento. Nesse contexto, a discussão sobre sustentabilidade passou a ocupar posição central nos campos científico, político e social, especialmente após a publicação do Relatório Brundtland pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, que definiu o desenvolvimento sustentável como aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprirem suas próprias necessidades (Wced, 1987).

A partir dessa perspectiva, a sustentabilidade passou a ser compreendida como um princípio orientador para o equilíbrio entre crescimento econômico, justiça social e preservação ambiental. Nesse sentido, tal conceito articula dimensões econômicas, sociais e

ambientais, propondo uma abordagem integrada para o enfrentamento dos desafios contemporâneos relacionados ao desenvolvimento. No âmbito do consumo, essa concepção implica a adoção de práticas conscientes que busquem minimizar impactos socioambientais, orientando escolhas individuais e coletivas em direção a padrões de consumo mais responsáveis e equilibrados (Brasil, 2024).

Entretanto, o modelo predominante nas sociedades contemporâneas é marcado pela consolidação de uma sociedade de consumo, caracterizada pela constante aquisição de bens e serviços, frequentemente dissociada de reflexões críticas acerca de seus impactos socioambientais. Conforme argumenta Zygmunt Bauman, o consumo passou a ocupar um papel central na construção das identidades sociais na modernidade, reforçando dinâmicas econômicas que estimulam a produção e o descarte contínuo de mercadorias (Bauman, 2008). Esse padrão contribui para a intensificação da exploração dos recursos naturais, para o agravamento da degradação ambiental e para o aprofundamento de desigualdades sociais, evidenciando a necessidade de repensar criticamente os modos de consumir na sociedade contemporânea.

Nesse cenário, o debate ambiental também foi impulsionado por importantes iniciativas e acordos internacionais. A Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992 no Rio de Janeiro, representou um marco significativo ao estabelecer diretrizes globais para o desenvolvimento sustentável, incluindo a elaboração da Agenda 21. Esses marcos internacionais contribuíram para consolidar a compreensão de que a crise ambiental contemporânea está profundamente relacionada aos

modelos de desenvolvimento e aos padrões de consumo predominantes nas sociedades modernas (Portilho, 2005).

Além disso, no contexto contemporâneo, as ações globais voltadas ao enfrentamento das mudanças climáticas têm assumido crescente relevância. Conferências internacionais voltadas às questões climáticas, como a COP30, reforçam a necessidade de articulação entre políticas públicas, iniciativas institucionais e práticas individuais voltadas à redução das emissões de carbono e ao uso responsável dos recursos naturais. Desse modo, evidencia-se que a mitigação dos danos ambientais depende da integração entre decisões individuais e estratégias coletivas de sustentabilidade (Nações Unidas, 2023).

Nesse contexto, ganha destaque o conceito de consumo consciente, entendido como a adoção de práticas de consumo que considerem os impactos sociais, econômicos e ambientais decorrentes das escolhas realizadas pelos indivíduos e pela sociedade. De acordo com Fátima Portilho, o consumo consciente pode ser compreendido como uma forma de participação social que incorpora critérios éticos, sociais e ambientais nas decisões de consumo, possibilitando que os consumidores desempenhem um papel ativo na promoção de práticas mais sustentáveis (Portilho, 2005). Assim, as escolhas cotidianas dos indivíduos passam a influenciar não apenas os processos produtivos, mas também políticas públicas e estratégias empresariais.

Paralelamente a essas reflexões, outras perspectivas críticas têm contribuído para ampliar o debate acerca da relação entre sociedade e natureza. A visão indígena apresentada por Ailton Krenak, por exemplo, problematiza a lógica consumista e

antropocêntrica predominante nas sociedades modernas, ao enfatizar a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente. Para o autor, repensar a forma como a humanidade se relaciona com a natureza constitui um passo fundamental para garantir a continuidade da vida no planeta e para promover sociedades mais equilibradas e socialmente justas (Krenak, 2019; Krenak, 2022).

Nesse cenário, observa-se, no século XXI, um crescimento significativo de iniciativas voltadas à promoção de práticas sustentáveis, como políticas públicas de gestão de resíduos, incentivo à economia circular, certificações ambientais e campanhas educativas relacionadas ao consumo responsável. Contudo, apesar desses avanços, persistem desafios expressivos relacionados à consolidação de hábitos de consumo mais sustentáveis, especialmente em contextos sociais marcados pela forte presença de uma cultura consumista amplamente disseminada (Bauman, 2008).

Diante desse panorama, torna-se fundamental compreender de que maneira as práticas de consumo podem contribuir para a mitigação dos impactos ambientais em um contexto marcado pela intensificação da crise ecológica global. Embora nas últimas décadas tenham emergido diversas iniciativas voltadas à promoção da sustentabilidade, ainda persistem desafios relacionados à consolidação de hábitos de consumo mais conscientes na sociedade contemporânea. Nesse sentido, considerando a centralidade que o consumo ocupa nas dinâmicas sociais, econômicas e culturais do século XXI, torna-se pertinente investigar o papel das escolhas individuais e coletivas na redução dos danos ambientais. Assim, o presente estudo é orientado pela seguinte questão norteadora: De

que maneira o consumo consciente pode contribuir para a mitigação dos danos ambientais no contexto das práticas sustentáveis no século XXI?

A partir dessa problemática, estabelece-se como objetivo geral analisar o impacto do consumo consciente na mitigação dos danos ambientais, considerando as transformações sociais, culturais e econômicas que caracterizam a contemporaneidade. Para alcançar esse propósito, definem-se como objetivos específicos: (i) compreender os fundamentos teóricos que sustentam o conceito de consumo consciente no campo da sustentabilidade; (ii) discutir as relações entre sociedade de consumo e degradação ambiental na contemporaneidade; (iii) identificar práticas sustentáveis associadas ao consumo responsável no contexto atual; e (iv) refletir sobre o papel das escolhas individuais e coletivas na promoção de modelos de desenvolvimento ambientalmente mais equilibrados.

O artigo estrutura-se em diferentes seções que buscam apresentar e aprofundar a temática do consumo consciente e sua relação com a mitigação dos danos ambientais. Inicialmente, a Introdução apresenta o tema, contextualiza sua relevância no cenário contemporâneo, expõe o problema de pesquisa e delimita os objetivos gerais e específicos do estudo. Em seguida, o Referencial Teórico discute os conceitos fundamentais de sustentabilidade, desenvolvimento sustentável, consumo consciente e crise ambiental, oferecendo a base conceitual para a análise das práticas socioambientais. A seção sobre Perspectivas Críticas sobre Sociedade–Natureza examina as relações de poder, desigualdades sociais e princípios éticos que influenciam a interação entre seres humanos e meio ambiente, destacando diferentes interpretações teóricas sobre a construção de sociedades mais equilibradas.

Posteriormente, a Revisão de Literatura apresenta os estudos recentes sobre consumo consciente, práticas sustentáveis e desenvolvimento socioambiental, identificando lacunas e evidências relevantes para a pesquisa. A Metodologia detalha os procedimentos adotados, os critérios de seleção dos trabalhos analisados, os instrumentos utilizados e as técnicas de análise dos dados. Em seguida, a seção de Resultados e Discussão apresenta os achados da pesquisa, interpretando-os à luz do referencial teórico e relacionando-os aos objetivos do estudo. Por fim, a Conclusão sintetiza os principais resultados, destaca as limitações da pesquisa e sugere recomendações para futuras investigações e práticas voltadas à promoção de hábitos de consumo mais conscientes e sustentáveis.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1. Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável

O debate acerca da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentável consolidou-se, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, como um dos principais eixos das discussões científicas, políticas e sociais. Esse movimento surgiu como resposta à crise ambiental contemporânea, intensificada pelos impactos do crescimento econômico acelerado, pela industrialização e pela expansão dos padrões de consumo, evidenciando a necessidade de repensar os modelos de desenvolvimento predominantes

Um marco fundamental nesse processo foi a publicação do relatório *Nosso Futuro Comum* (Our Common Future), elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987). Nesse documento, o desenvolvimento sustentável é definido como

aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atenderem às suas próprias necessidades”. A partir dessa formulação, o conceito passou a orientar agendas internacionais e políticas públicas, fundamentando-se na articulação entre as dimensões econômica, social e ambiental.

De acordo com Veiga (2010), o desenvolvimento sustentável constitui um dos maiores desafios do século XXI, exigindo a construção de estratégias capazes de conciliar o crescimento econômico com a inclusão social e a conservação ambiental, respeitando sempre os limites ecológicos do planeta. No campo organizacional e das políticas públicas, Elkington (1998) ampliou essa visão ao propor o conceito do Triple Bottom Line (Tripé da Sustentabilidade), que reforça a necessidade de as instituições incorporarem responsabilidades sociais e ambientais como pilares indissociáveis do desempenho econômico.

Adensando o debate teórico, Sachs (2002) propõe a perspectiva do ecodesenvolvimento. Para o autor, a sustentabilidade deve ser compreendida de forma multidimensional, integrando os aspectos sociais, econômicos, ecológicos, espaciais (territoriais) e culturais. Segundo Sachs, o desenvolvimento depende da redução das desigualdades e da preservação dos recursos naturais, respeitando as particularidades de cada sociedade. De forma complementar, Leonardo Boff (2015) enfatiza a dimensão ética e civilizatória do tema. Para ele, a sustentabilidade representa um novo paradigma que exige a reconstrução das relações entre humanidade e natureza, baseada no reconhecimento dos limites da Terra e na adoção de práticas que assegurem os sistemas de manutenção da vida.

Por outro lado, o conceito também é alvo de profundas reflexões críticas. Enrique Leff (2011) argumenta que a crise ambiental está intrinsecamente ligada à racionalidade econômica dominante, baseada na lógica do crescimento ilimitado. Para Leff, a superação desse cenário exige a construção de uma "racionalidade ambiental" que integre saberes ecológicos e culturais na organização das atividades humanas. No mesmo sentido, Porto-Gonçalves (2006) destaca que a questão ambiental é indissociável das desigualdades sociais e das disputas de poder pelo controle dos recursos naturais, afirmando que a sustentabilidade demanda transformações políticas e sociais estruturais.

2.2. Convergências e Divergências Teóricas

Observa-se que há pontos de convergência entre os autores mencionados. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1987), Sachs (2002), Veiga (2010), Elkington (1998) e Boff (2015) reconhecem a necessidade vital de integrar as dimensões econômica, social e ambiental, enfatizando a justiça social e a preservação dos recursos como elementos fundamentais.

Entretanto, as divergências surgem quanto aos meios para atingir tais objetivos. Enquanto Veiga (2010), Sachs (2002) e Elkington (1998) defendem a possibilidade de conciliar o crescimento econômico com a sustentabilidade por meio de políticas públicas, planejamento socioambiental e inovação tecnológica, autores como Leff (2011) e Porto-Gonçalves (2006) apresentam uma postura mais crítica. Para estes, a sustentabilidade real exige transformações estruturais nos modelos de produção e consumo. Já Boff (2015) diferencia-se ao centralizar o debate na necessidade de uma mudança ética e de consciência da humanidade frente ao planeta.

Dessa forma, o debate sobre sustentabilidade permanece em constante construção, refletindo diferentes interpretações teóricas. A compreensão dessas múltiplas perspectivas torna-se fundamental para analisar as práticas de consumo consciente e as estratégias voltadas à mitigação dos danos ambientais no século XXI.

2.3. Consumo Consciente e Consumo Sustentável

Inicialmente, o debate acerca dos impactos ambientais associados aos padrões contemporâneos de produção e consumo tem ganhado crescente destaque nas últimas décadas. O aumento da exploração dos recursos naturais, aliado à intensificação da geração de resíduos e à ampliação das desigualdades socioambientais, tem impulsionado reflexões sobre a necessidade de práticas mais responsáveis por parte da sociedade. Nesse contexto, os conceitos de consumo consciente e consumo sustentável passam a ocupar posição central nas discussões sobre sustentabilidade e desenvolvimento socioambiental (Mattia; Becker, 2021).

Nesse sentido, o consumo consciente pode ser compreendido como um conjunto de práticas e atitudes em que os indivíduos consideram os impactos sociais, ambientais e econômicos de suas escolhas de consumo. De acordo com De Toni, Larentis e Mattia (2012), esse tipo de comportamento envolve um processo reflexivo no qual o consumidor passa a avaliar não apenas fatores como preço e utilidade, mas também as condições de produção, os impactos ambientais gerados e o destino final dos produtos após o consumo. Dessa forma, o consumo consciente estimula uma postura crítica e responsável diante das decisões cotidianas.

Além disso, o consumo consciente está associado à adoção de práticas que buscam minimizar impactos ambientais e sociais negativos. Entre essas práticas destacam-se a redução do desperdício, a reutilização de materiais, a escolha por produtos ambientalmente responsáveis e o incentivo a empresas que adotam práticas sustentáveis. Assim, tais atitudes contribuem para a construção de uma cultura de responsabilidade socioambiental, na qual os consumidores reconhecem seu papel na preservação dos recursos naturais e na promoção do desenvolvimento sustentável (Efig; Kalil, 2016).

Por outro lado, o consumo sustentável apresenta uma abordagem mais abrangente, relacionada à necessidade de reorganização dos sistemas de produção e consumo de modo compatível com os limites ecológicos do planeta. Conforme Carmona e Bacinello (2019), esse conceito envolve a busca por modelos de desenvolvimento capazes de atender às necessidades atuais da sociedade sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades, considerando todo o ciclo de vida dos produtos, desde a extração das matérias-primas até o descarte final.

Ademais, a literatura acadêmica evidencia tanto convergências quanto divergências entre os autores que discutem essas temáticas. Em termos de convergência, observa-se que diferentes estudos apontam para a necessidade de mudanças nos padrões de consumo como estratégia fundamental para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos. De modo geral, os autores concordam que práticas de consumo mais responsáveis contribuem para a redução dos impactos ambientais, para a preservação dos recursos naturais e para a promoção de uma sociedade mais sustentável (Mattia; Becker, 2021).

Entretanto, também se identificam divergências quanto às estratégias necessárias para a consolidação dessas mudanças. Enquanto alguns autores enfatizam o papel do indivíduo e da conscientização do consumidor na transformação dos padrões de consumo, como destacado por De Toni, Larentis e Mattia (2012), outros argumentam que a promoção do consumo sustentável depende igualmente de mudanças estruturais nos sistemas econômicos, nas políticas públicas e nos modelos produtivos. Nessa perspectiva, Carmona e Bacinello (2019) ressaltam que a efetivação do consumo sustentável exige a atuação articulada entre consumidores, empresas e governos.

Portanto, observa-se que consumo consciente e consumo sustentável são conceitos complementares, ainda que apresentem enfoques distintos. Enquanto o primeiro enfatiza a dimensão comportamental e a responsabilidade individual nas escolhas de consumo, o segundo amplia essa discussão ao incorporar transformações estruturais nos sistemas de produção e nas políticas públicas. Dessa forma, ambos os conceitos contribuem para o fortalecimento de estratégias voltadas à sustentabilidade e à construção de modelos de desenvolvimento mais equilibrados do ponto de vista ambiental, social e econômico.

2.4. Crise Ambiental Contemporânea

Inicialmente, a crise ambiental contemporânea tem sido amplamente discutida no campo científico e político em razão da intensificação dos impactos das atividades humanas sobre os ecossistemas naturais. O avanço dos modelos de produção industrial, o crescimento populacional e a expansão dos padrões de consumo têm provocado alterações significativas no equilíbrio

ambiental, manifestadas por fenômenos como mudanças climáticas, perda de biodiversidade, degradação dos solos e escassez de recursos naturais (Leff, 2010).

Nesse contexto, diferentes autores apontam que a crise ambiental não pode ser compreendida apenas como um problema ecológico, mas como uma questão complexa que envolve dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas. De acordo com Leff (2010), a crise ambiental resulta de um modelo de desenvolvimento baseado na exploração intensiva da natureza e na racionalidade econômica predominante, que historicamente desconsidera os limites ecológicos do planeta.

Além disso, as discussões sobre a crise ambiental contemporânea foram impulsionadas por importantes marcos internacionais voltados à sustentabilidade. A Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento destacou, no Relatório Brundtland, que o modelo de crescimento econômico vigente tem contribuído para o agravamento dos problemas ambientais, tornando necessária a adoção de estratégias que conciliem desenvolvimento econômico, justiça social e preservação ambiental (World Commission on Environment and Development, 1987).

Ademais, estudos recentes também apontam que a intensificação da crise ambiental está diretamente relacionada aos padrões globais de produção e consumo. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o atual modelo econômico tem gerado pressões crescentes sobre os recursos naturais, contribuindo para o aumento das emissões de gases de efeito estufa, a poluição ambiental e a degradação de ecossistemas em diferentes regiões do planeta (Unep, 2019).

Nesse sentido, observa-se que há convergência entre os autores quanto ao reconhecimento de que a crise ambiental contemporânea é resultado da interação entre fatores econômicos, sociais e ambientais. De modo geral, os estudos concordam que os atuais padrões de desenvolvimento e consumo exercem forte pressão sobre os recursos naturais e exigem transformações estruturais para garantir a sustentabilidade ambiental.

Entretanto, também se identificam divergências nas abordagens teóricas acerca das possíveis soluções para essa crise. Enquanto alguns autores enfatizam a necessidade de mudanças nos padrões de produção e no modelo econômico global, outros destacam a importância da transformação dos comportamentos individuais e da ampliação da educação ambiental como estratégias fundamentais para promover práticas sustentáveis (Leff, 2010; Unep, 2019). Dessa forma, o debate contemporâneo evidencia que o enfrentamento da crise ambiental requer tanto mudanças estruturais quanto transformações culturais e educacionais.

Portanto, a crise ambiental contemporânea pode ser compreendida como um fenômeno complexo e multidimensional que resulta da interação entre sociedade, economia e natureza. Nesse cenário, torna-se fundamental a construção de novos paradigmas de desenvolvimento que considerem os limites ecológicos do planeta e promovam formas mais sustentáveis de produção, consumo e organização social.

2.5. Perspectivas Críticas Sobre a Relação Sociedade-Natureza

Inicialmente, a relação entre sociedade e natureza tem sido objeto de intensos debates no campo das ciências sociais, da filosofia e dos

estudos ambientais. Ao longo da história, diferentes concepções foram construídas para explicar como os seres humanos se relacionam com o meio natural. Durante muito tempo predominou uma visão antropocêntrica, na qual a natureza era compreendida principalmente como um conjunto de recursos disponíveis para exploração e utilização pela sociedade. No entanto, com o agravamento da crise ambiental contemporânea, emergiram perspectivas críticas que questionam esse modelo de relação baseado na dominação e no uso ilimitado dos recursos naturais (Leff, 2010).

Nesse contexto, autores vinculados ao pensamento socioambiental crítico defendem que a crise ambiental resulta de uma racionalidade econômica e produtiva que separa artificialmente sociedade e natureza. Segundo Leff (2010), a modernidade construiu uma lógica de desenvolvimento centrada no crescimento econômico e na exploração intensiva da natureza, o que contribuiu para o aprofundamento dos problemas ambientais e para a ampliação das desigualdades socioambientais. Dessa forma, compreender a relação sociedade-natureza exige analisar os processos históricos, políticos e culturais que estruturam os modos de produção e de organização social.

Além disso, a perspectiva da ecologia política também contribui para ampliar a compreensão crítica dessa relação. De acordo com Acselrad (2004), os conflitos ambientais revelam disputas sociais em torno do acesso, uso e controle dos recursos naturais. Nesse sentido, a relação entre sociedade e natureza não é neutra, mas permeada por relações de poder, interesses econômicos e desigualdades sociais que influenciam a forma como os territórios e os recursos ambientais são apropriados.

Ademais, autores ligados à reflexão ética e filosófica sobre o meio ambiente defendem a necessidade de reconstruir os fundamentos da relação entre sociedade e natureza a partir de novos valores e princípios. Para Boff (2012), a superação da crise ambiental exige a construção de uma ética do cuidado, baseada no reconhecimento da interdependência entre todos os seres vivos e na responsabilidade coletiva pela preservação da vida no planeta.

Nesse sentido, observa-se convergência entre os autores ao reconhecer que a crise ambiental contemporânea está associada a modelos de desenvolvimento que historicamente promoveram a exploração intensiva da natureza e a separação entre sociedade e ambiente. De modo geral, as perspectivas críticas destacam que a superação desses problemas requer mudanças profundas nas formas de produção, consumo e organização social.

Entretanto, também se identificam divergências nas abordagens teóricas sobre os caminhos para reconfigurar essa relação. Enquanto alguns autores enfatizam a transformação das estruturas econômicas e políticas que sustentam o modelo de desenvolvimento dominante, como defendido por Acseirad (2004), outros destacam a importância da construção de novos valores culturais, éticos e educativos que promovam uma relação mais equilibrada entre sociedade e natureza, conforme argumenta Boff (2012). Dessa forma, o debate acadêmico evidencia que a construção de alternativas sustentáveis envolve tanto mudanças estruturais quanto transformações culturais e éticas.

Portanto, as perspectivas críticas sobre a relação sociedade-natureza contribuem para ampliar a compreensão da crise ambiental contemporânea ao evidenciar que os problemas

ambientais não se restringem a questões ecológicas, mas estão profundamente relacionados aos modelos de desenvolvimento, às relações de poder e às formas de organização social. Assim, a construção de sociedades mais sustentáveis depende da redefinição das bases que orientam a interação entre seres humanos e natureza.

3. REVISÃO DE LITERATURA

Para aprofundar a revisão de literatura e identificar lacunas temáticas, foram consultadas a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e o Portal de Periódicos da CAPES, considerando publicações de 2020 a 2025. Foram definidos os seguintes descritores: “Consumo Consciente”, “Sustentabilidade”, “Práticas Sustentáveis”, “Crise Ambiental” e “Desenvolvimento Sustentável”. A combinação de descritores “Consumo Consciente” e “Sustentabilidade” resultou em 149 trabalhos na BDTD e 89 no Portal CAPES, dos quais foram selecionados dois trabalhos com maior proximidade temática com esta pesquisa. Já a combinação “Práticas Sustentáveis”, “Crise Ambiental” e “Desenvolvimento Sustentável” resultou em 18 trabalhos na BDTD e 5 no Portal CAPES, sendo escolhidos quatro trabalhos, incluindo dissertações, teses e artigos, para aprimorar a análise dessa temática.

A dissertação de Pinheiro (2021) investiga a relação entre consumo consciente, autoconsciência, autorrealização e minimalismo no contexto do consumo sustentável de móveis residenciais no Brasil. Trata-se de uma pesquisa quantitativa, que utilizou survey online com 300 participantes e análise por modelagem de equações estruturais. Os resultados indicam que o estilo de vida minimalista e a intenção de consumo consciente influenciam positivamente o consumo sustentável de mobiliário. Além disso, a autoconsciência e

a autorrealização contribuem para mudanças nos hábitos de consumo, reforçando práticas mais alinhadas à sustentabilidade.

De forma complementar, Lima (2023) analisou a importância da educação financeira na Educação Básica, a partir das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), destacando sua contribuição para a formação de cidadãos conscientes em relação ao consumo e ao planejamento financeiro. Com caráter qualitativo e exploratório, a pesquisa foi realizada com estudantes do ensino médio por meio de questionários. Os resultados demonstram que a educação financeira favorece escolhas mais responsáveis e conscientes no uso do dinheiro, evidenciando a relação direta entre ensino de conceitos financeiros, consumo consciente e sustentabilidade social e econômica.

No âmbito da educação ambiental, Cidón, Schreiber e Vecchietti (2021) investigaram a contribuição da educação ambiental para a formação da percepção sobre o consumo sustentável entre estudantes do ensino superior. Por meio de questionários aplicados a graduandos de uma universidade do Rio Grande do Sul, os autores analisaram o nível de consciência ecológica dos participantes em suas escolhas cotidianas. Os resultados indicaram que, apesar do conhecimento sobre problemas ambientais, ainda é necessário ampliar práticas efetivas de consumo responsável, reforçando a importância do ambiente escolar na promoção de uma formação crítica voltada à sustentabilidade.

Por outro lado, Silva (2020) abordou as ecovilas como assentamentos humanos sustentáveis e novos sujeitos de direitos, analisando suas possibilidades e entraves legais no uso e ocupação do solo rural no Brasil. Utilizando abordagem bibliográfica, documental e estudos de

caso, o estudo evidenciou os desafios legais e sociais enfrentados pelas ecovilas, destacando a dicotomia urbano-rural e a necessidade de pluralismo jurídico. O trabalho demonstra que as ecovilas contribuem para debates mais amplos sobre sustentabilidade socioambiental e novas formas de sociabilidade, apesar das limitações impostas pela legislação e pela apatia política.

Em uma perspectiva institucional, Tasca (2020) desenvolveu um instrumento avaliativo voltado para práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica em unidades de alimentação e nutrição. Por meio de metodologia rigorosa, o estudo permitiu identificar e mensurar ações sustentáveis em diferentes dimensões da gestão alimentar institucional, contribuindo para a melhoria da prática profissional e para a tomada de decisão voltada à sustentabilidade, oferecendo um referencial prático e científico para a promoção de políticas e estratégias sustentáveis nesse setor.

Finalmente, Guerra e Ribeiro (2023) analisaram as contradições econômicas e distributivas entre o agronegócio e a agricultura familiar no contexto capitalista transpandêmico. O estudo evidenciou que o agronegócio, com alto financiamento e incentivo governamental, cresce em detrimento da agricultura familiar, aumentando desigualdades socioambientais e dificultando a produção sustentável de alimentos. Os autores destacam a importância de políticas públicas, como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), e da educação em saúde para fortalecer a agricultura familiar e promover a soberania alimentar no Brasil.

Apesar das diferentes abordagens e escalas de análise, os estudos convergem na ênfase à sustentabilidade como eixo central, seja em

nível individual, educacional, institucional ou estrutural. Todos destacam a necessidade de conscientização, educação crítica e implementação de práticas responsáveis, visando à preservação ambiental, à justiça social e à sustentabilidade econômica. Entretanto, divergem quanto ao foco e ao nível de intervenção: Pinheiro (2021) e Lima (2023) enfatizam hábitos e escolhas individuais; Cidón, Schreiber e Vecchietti (2021) concentram-se no impacto da educação ambiental no ensino superior; Silva (2020) e Guerra e Ribeiro (2023) abordam questões legais e estruturais relacionadas ao solo e à produção agrícola; e Tasca (2020) focaliza práticas institucionais voltadas à sustentabilidade alimentar. Essas divergências evidenciam a diversidade de estratégias possíveis para promover a sustentabilidade, abrangendo desde a formação de cidadãos conscientes até mudanças estruturais na produção e gestão de recursos.

Os autores consultados e analisados nesta revisão de literatura são: Pinheiro (2021), Lima (2023), Cidón, Schreiber e Vecchietti (2021), Silva (2020), Tasca (2020) e Guerra e Ribeiro (2023), que juntos oferecem um panorama amplo e interdisciplinar sobre consumo consciente, educação financeira, educação ambiental, sustentabilidade institucional, ecovilas e agricultura familiar, permitindo identificar lacunas e contribuições relevantes para pesquisas em sustentabilidade socioambiental, econômica e educacional.

4. METODOLOGIA

O artigo caracteriza-se como uma pesquisa exploratória e aplicada, categorização metodológica que permite investigar fenômenos pouco estudados ou apresentar novas perspectivas, conforme destacado por Gil (2008). Trata-se de uma pesquisa de natureza

qualitativa, voltada à análise de soluções para problemas específicos e suas implicações práticas, também discutida por Gil (2008) e por outros autores de metodologia científica. Para tanto, adotou-se o levantamento bibliográfico e documental como método principal. O levantamento bibliográfico envolve a análise de materiais publicados, como livros, artigos e periódicos, detalhado por Lakatos e Marconi (2017), enquanto o levantamento documental compreende a análise de documentos oficiais, relatórios e registros institucionais, conforme descrito por Gil (2008) e Minayo (2014). O objetivo central da pesquisa foi analisar o impacto do consumo consciente na mitigação de danos ambientais, considerando as práticas sustentáveis discutidas na literatura científica e em documentos oficiais sobre sustentabilidade e desenvolvimento sustentável.

4.1. Tipo de Pesquisa

A pesquisa é qualitativa, por possibilitar a compreensão crítica das informações e conceitos sobre consumo consciente, sustentabilidade e mitigação de impactos ambientais. Trata-se de uma investigação exploratória, uma vez que buscou mapear e analisar as contribuições de diferentes autores, relatórios e documentos internacionais sobre o tema (Gil, 2008).

4.2. Procedimentos da Pesquisa

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental. No levantamento bibliográfico, foram consultados livros, artigos científicos, dissertações, teses e periódicos especializados, publicados entre 2020 e 2025, com enfoque em sustentabilidade, consumo consciente e desenvolvimento

sustentável. Já o levantamento documental envolveu a análise de relatórios, documentos institucionais e agendas internacionais, incluindo o Relatório Brundtland (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 1987), as agendas da ONU e publicações de órgãos nacionais relacionados ao meio ambiente. Para a seleção dos materiais, foram considerados critérios de relevância temática, atualidade e reconhecimento acadêmico ou institucional.

4.3. Análise dos Dados

Os dados coletados foram tratados de forma qualitativa, por meio da análise de conteúdo, permitindo a identificação de categorias e subcategorias que evidenciam as convergências e divergências entre os autores e documentos pesquisados (Bardin, 2011). Essa abordagem possibilitou sintetizar diferentes perspectivas teóricas sobre consumo consciente, sustentabilidade e mitigação de impactos ambientais, estabelecendo relações entre os conceitos e práticas relatadas na literatura.

4.4. Limitações da Pesquisa

Por se tratar de um estudo exclusivamente bibliográfico e documental, não foram realizadas coletas de dados primários junto a participantes ou organizações. Assim, a análise está restrita às informações disponíveis em fontes secundárias, o que limita a investigação sobre a aplicação prática das estratégias de consumo consciente. No entanto, o levantamento permitiu mapear o conhecimento atual e identificar tendências, lacunas e desafios relacionados ao tema.

4.5. Considerações Éticas

Esta pesquisa observou os princípios de integridade, transparência, rigor metodológico e respeito à autoria das fontes consultadas. Por se tratar de estudo exclusivamente bibliográfico e documental, desenvolvido com livros, artigos científicos, dissertações, teses, relatórios institucionais e documentos de acesso público ou de domínio público, sem coleta de dados primários, interação com participantes, uso de informações pessoais identificáveis ou intervenção direta em seres humanos, o protocolo não se enquadra entre aqueles que devem ser registrados e avaliados pelo Sistema CEP/Conep, nos termos do art. 1º, parágrafo único, incisos II, III e VI, da Resolução CNS nº 510/2016 (Brasil, 2016). Foram preservadas a fidelidade das informações, a correta atribuição de autoria e a identificação das fontes, em consonância com as boas práticas de pesquisa científica discutidas por Gil (2008).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise dos dados coletados nesta pesquisa, realizada por meio de levantamento bibliográfico e documental, permitiu compreender a relevância do consumo consciente como estratégia de mitigação dos danos ambientais e sua articulação com práticas sustentáveis no século XXI. Para tanto, adotou-se a técnica de análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), que possibilita identificar categorias temáticas, convergências e divergências nas publicações acadêmicas e relatórios institucionais consultados.

5.1. Convergência Entre Consumo Consciente e Sustentabilidade

A partir da categorização dos dados, observou-se forte convergência entre os estudos selecionados quanto à relação entre consumo consciente e promoção da sustentabilidade. Os autores consultados

ênfatisam que práticas de consumo responsáveis contribuem diretamente para a redução de impactos socioambientais, como a degradação dos ecossistemas, a emissão de gases de efeito estufa e a geração excessiva de resíduos (Mattia; Becker, 2021; Efig; Kalil, 2016).

No âmbito individual, a literatura evidencia que atitudes como a priorização de produtos com certificações ambientais, a reutilização de materiais e a redução do desperdício fortalecem a cultura de responsabilidade socioambiental. De Toni, Larentis e Mattia (2012) destacam que o consumo consciente requer uma postura reflexiva, na qual o consumidor avalia não apenas preço e utilidade, mas também impactos sociais, ambientais e éticos de suas escolhas.

Por sua vez, o consumo sustentável é abordado como um conceito mais amplo, que exige a articulação entre decisões individuais, políticas públicas e práticas empresariais estruturadas (Carmona; Bacinello, 2019). Assim, observa-se que, embora os termos consumo consciente e consumo sustentável apresentem enfoques distintos, ambos convergem na busca por um modelo de desenvolvimento mais equilibrado, articulando dimensões econômicas, sociais e ambientais.

5.2. Divergências nas Estratégias de Transformação do Consumo

A análise de conteúdo revelou também divergências quanto às estratégias necessárias para a consolidação de hábitos de consumo mais sustentáveis. Enquanto alguns estudos ênfatisam a importância da consciência individual e da educação ambiental para modificar padrões de consumo (De Toni, Larentis; Mattia, 2012), outros autores ressaltam que mudanças estruturais nos sistemas

produtivos e econômicos são essenciais para a efetividade do consumo sustentável (Carmona; Bacinello, 2019; Leff, 2011).

Essas divergências refletem diferentes abordagens epistemológicas: a primeira prioriza intervenções comportamentais e educativas, enquanto a segunda exige transformação institucional e sistêmica. No entanto, ambas reconhecem que a mitigação dos danos ambientais depende da integração entre ações individuais e coletivas, corroborando a necessidade de políticas públicas que incentivem práticas sustentáveis e conscientização social (Brasil, 2024; Nações Unidas, 2023).

5.3. Impacto das Práticas Sustentáveis na Mitigação Ambiental

A análise dos dados demonstrou que as práticas sustentáveis associadas ao consumo consciente contribuem para reduzir impactos ambientais significativos. Por exemplo, políticas de gestão de resíduos, incentivos à economia circular e certificações ambientais mostraram-se efetivas na redução do descarte inadequado de produtos e na promoção de uma produção mais limpa (Portilho, 2005; Unep, 2019).

Além disso, percebeu-se que iniciativas educativas, voltadas à sensibilização de consumidores e à disseminação de valores éticos e ambientais, fortalecem a internalização de hábitos de consumo mais responsáveis. Essa dimensão cultural e ética, destacada por Boff (2012; 2015), revela que a sustentabilidade não depende apenas de decisões econômicas ou tecnológicas, mas também de transformações nos valores e nas atitudes sociais em relação ao meio ambiente.

5.4. Integração Entre Sociedade, Natureza e Consumo

Outra categoria emergente na análise de conteúdo refere-se à necessidade de reconfigurar a relação entre sociedade e natureza, considerando os impactos da sociedade de consumo predominante. Segundo Leff (2010) e Acselrad (2010), a crise ambiental contemporânea decorre da exploração intensiva dos recursos naturais e da separação entre sociedade e meio ambiente. Nesse sentido, o consumo consciente surge como um instrumento capaz de promover uma reaproximação ética e sustentável entre humanos e natureza, incentivando escolhas que respeitem os limites ecológicos do planeta.

A perspectiva indígena, apresentada por Krenak (2019; 2022), reforça essa necessidade, ao enfatizar a interdependência entre os seres humanos e o meio ambiente, propondo um modelo de desenvolvimento que priorize a harmonia e a justiça socioambiental. Assim, as práticas de consumo consciente, quando articuladas a políticas públicas e iniciativas coletivas, contribuem para a construção de sociedades mais equilibradas e ambientalmente responsáveis.

5.5. Síntese e Implicações para o Século XXI

A análise dos resultados evidencia que, no século XXI, o consumo consciente assume papel central na mitigação dos danos ambientais, desde que esteja articulado a estratégias estruturais, educativas e culturais. Observa-se que há convergência teórica entre os estudos, que reconhecem a importância de práticas de consumo mais responsáveis para a sustentabilidade. Entretanto, tais práticas enfrentam desafios estruturais, uma vez que mudanças individuais são insuficientes sem a implementação de políticas públicas, inovações tecnológicas e transformações nos modelos produtivos.

Além disso, a dimensão ética e cultural do consumo revela que atitudes individuais refletem valores sociais, tornando a educação ambiental um elemento essencial para consolidar práticas sustentáveis. Nesse contexto, o consumo consciente contribui para a integração entre sociedade e natureza, promovendo não apenas equilíbrio ecológico, mas também justiça social.

Portanto, os dados analisados indicam que o consumo consciente, ao articular comportamentos individuais, políticas públicas e práticas empresariais, constitui uma estratégia viável para reduzir impactos ambientais e promover sustentabilidade integral. Esses achados corroboram as discussões teóricas de Veiga (2010), Sachs (2002), Boff (2015) e Leff (2011), que destacam a necessidade de combinar transformações estruturais, valores éticos e práticas educativas para enfrentar os desafios ambientais contemporâneos.

6. CONCLUSÃO

O presente estudo evidenciou que o consumo consciente assume papel estratégico na mitigação dos danos ambientais no século XXI, destacando-se como uma prática capaz de articular decisões individuais, políticas públicas e iniciativas empresariais em prol da sustentabilidade. A análise dos resultados revelou que, embora haja crescente conscientização sobre a importância de escolhas de consumo responsáveis, essas práticas somente alcançam efetividade plena quando integradas a transformações estruturais nos modelos de produção, nas políticas públicas e nos padrões culturais predominantes.

A pesquisa identificou convergência entre diferentes autores quanto à necessidade de integrar dimensões econômica, social e ambiental

no processo de desenvolvimento sustentável, reconhecendo que a preservação dos recursos naturais e a promoção da justiça social constituem elementos centrais para a construção de sociedades equilibradas. Ao mesmo tempo, foram observadas divergências quanto às estratégias necessárias para consolidar a sustentabilidade: enquanto algumas abordagens enfatizam a educação ambiental e a conscientização individual, outras destacam a necessidade de mudanças estruturais e de uma nova racionalidade ambiental.

Além disso, o estudo evidenciou que o consumo consciente não se restringe a práticas individuais, mas envolve dimensões éticas, culturais e sociais que contribuem para reconfigurar a relação entre sociedade e natureza, promovendo equilíbrio ecológico e justiça social. O debate sobre sustentabilidade, desenvolvimento sustentável e consumo consciente, fundamentado em perspectivas teóricas como as de Veiga (2010), Sachs (2002), Boff (2015) e Leff (2011), reforça que a mitigação dos impactos ambientais requer uma atuação articulada e multidimensional.

Dessa forma, conclui-se que a promoção de hábitos de consumo conscientes constitui um instrumento eficaz de redução dos danos ambientais, desde que acompanhada de políticas públicas consistentes, inovações tecnológicas, educação ambiental e transformação cultural. A integração desses elementos permite não apenas a preservação ambiental, mas também o fortalecimento de sociedades mais justas, resilientes e socialmente responsáveis. Por fim, este estudo contribui para o aprofundamento do debate acadêmico e social sobre o papel do consumo consciente no enfrentamento da crise ambiental contemporânea, apontando caminhos para a construção de práticas sustentáveis mais amplas e eficazes no século XXI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. Conflitos ambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fundação Heinrich Böll, 2004.

BAUMAN, Zygmunt. Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOFF, Leonardo. Sustentabilidade: o que é – o que não é. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução nº 510, de 7 de abril de 2016. Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, n. 98, p. 44-46, 24 maio 2016. Disponível em: <https://www.gov.br/conselho-nacional-de-saude/pt-br/atos-normativos/resolucoes/2016/resolucao-no-510.pdf/view>. Acesso em: 19 ago. 2026.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Consumo consciente – princípios e práticas. Brasília, DF: MMA, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/educacao-ambiental/consumo-consciente>. Acesso em: 01 abr. 2026.

CARMONA, Linda Jessica de Montreuil; BACINELLO, Edilson. Sustentabilidade e consumo consciente: ação individual ou contextual? UFAM Business Review, v. 1, n. 2, 2019. Disponível em: <https://www.periodicos.ufam.edu.br/index.php/ufambr/article/view/6900>. Acesso em: 1 abr. 2026.

CIDÓN, Camila Fritzen; SCHREIBER, Dusan; VECCHIETTI, Giseli. A contribuição da educação ambiental para a percepção acerca do

consumo sustentável. Revista UNOPAR Científica, v. 22, n. 2, p. 137–145, 2021. DOI: <https://doi.org/10.17921/2447-8733.2021v22n2p137-145>.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. Nosso futuro comum. Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em: <https://www.three.eng.br/nosso-futuro-comum-our-common-future-relatorio-brundtland/>. Acesso em: 27 mar. 2026.

DE TONI, Deonir; LARENTIS, Fabiano; MATTIA, Adilene. Consumo consciente, valor e lealdade em produtos ecologicamente corretos. Revista FACES Journal, v. 11, n. 3, 2012. Disponível em: <https://revista.fumec.br/index.php/facesp/article/view/975>. Acesso em: 28 mar. 2026.

EFING, Antônio Carlos; KALIL, Ana Paula Maciel Costa. Consumo consciente: o anverso subjacente da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Revista Jurídica da FA7, v. 13, n. 2, 2016. Disponível em: <https://periodicos.uni7.edu.br/index.php/revistajuridica/article/view/60>. Acesso em: 28 mar. 2026.

ELKINGTON, John. Cannibals with forks: the triple bottom line of 21st century business. Oxford: Capstone, 1998. Disponível em: <https://proppg.ufersa.edu.br/wp-content/uploads/sites/11/2016/10/Referencia-de-Lilian-Giesta-Triple-bottom-line-in-21-century-2.pdf>. Acesso em: 28 mar.2026

GIL, Antonio Carlos. Métodos e técnicas de pesquisa social. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUERRA, Lúcia Dias da Silva; RIBEIRO, Denilson Sousa. Contradições econômicas distributivas entre o agronegócio e a agricultura familiar

no contexto do sistema capitalista do cenário (trans)pandêmico. Argumentum, v.15, spec, 2023. DOI: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v15.1322>. Acesso em: 25 mar. 2026.

KRENAK, Ailton. Futuro ancestral. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. Ideias para adiar o fim do mundo. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LEFF, Enrique. Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade e poder. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LIMA, Rogério de Souza. Educação financeira nas escolas: uma nova fase na vida financeira a partir de escolhas conscientes. 2023. Dissertação (Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional – PROFMAT) – Universidade Federal de São Carlos, Câmpus Sorocaba, Sorocaba, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/20.500.14289/18957>. Acesso em: 28 mar.2026

MATTIA, Adilene; BECKER, Lara Luiza Borges. Consumo consciente e sustentabilidade: impactos relacionados à educação ambiental e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Revista Direito Ambiental e Sociedade, v. 11, n. 1, 2021. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/direitoambiental/article/view/7344>. Acesso em: 1 abr. 2026.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

NAÇÕES UNIDAS. Conferência das Partes – COP30: Documento oficial e decisões. Disponível em: <https://unfccc.int/process-and-meetings/conferences/glasgow-climate-change-conference-october-november-2023>. Acesso em: 01 abr. 2026.

PINHEIRO, Eline Moraes. Consumo consciente, autoconsciência, autorrealização e minimalismo no consumo sustentável de móveis residenciais. 2021. Dissertação (Mestrado em Gestão, Inovação e Consumo) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/47376>. Acesso em: 27 mar. 2026.

PORTILHO, Fátima. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2005.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A globalização da natureza e a natureza da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. Disponível em : <https://books.google.com/books/about/Caminhosparaodesenvolvimentossustent.html?id=Evor4GwUmg4C>. Acesso em: 27 mar.2026

SACHS, Ignacy. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2002. Disponível em: <https://books.google.com/books/about/Caminhosparaodesenvolvimentossustent.html?id=Evor4GwUmg4C>. Acesso em: 1 abr. 2026.

SILVA, Jordão Vieira. Ecovilas como novos sujeitos de direitos: possibilidades e entraves legais no uso e ocupação do solo rural no Brasil. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, 2020. Disponível em: <https://acervo.ufvjm.edu.br/items/94d10b42-ac70-4d1e-a84b-77d15ac811a3>. Acesso em: 01 abr. 2026.

TASCA, Cassiani Gotama. Instrumento avaliativo para práticas de sustentabilidade ambiental, social e econômica em unidades de alimentação e nutrição institucionais. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Saúde, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/216383>. Acesso em: 28 mar. 2026.

UNEP – United Nations Environment Programme. Global Environment Outlook – GEO-6: Healthy Planet, Healthy People. Cambridge: Cambridge University Press, 2019. Disponível em: <https://www.unep.org/resources/global-environment-outlook-6>. Acesso: 28 mar. 2026

UNEP – United Nations Environment Programme. Sustainable consumption and production: a handbook for policymakers. Nairobi: UNEP, 2015.

VEIGA, José Eli da. Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2010.

WCED - World Commission on Environment and Development. Our Common Future (Relatório Brundtland). Oxford: Oxford University Press, 1987. Disponível em:

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação (PPGCTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

² Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação (PPGCTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação (PPGCTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁴ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação (PPGCTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁵ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação (PPGCTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁶ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação (PPGCTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁷ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Profissional em Ciência, Tecnologia e Educação (PPGCTE). E-mail: [acesse o artigo original para visualizar o e-mail](#)

⁸ Mestrando do Programa de Pós-Graduação Profissional em
Ciência, Tecnologia e Educação (PPGCTE). E-mail: [acesse o artigo
original para visualizar o e-mail](#)